

MODALIDADE: PESQUISA CONCLUÍDA
EIXO 13: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA SOCIOBIOPSIOLÓGICA

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: AUXILIANDO OS PROFESSORES A ENCONTRAR O PERFIL FUNCIONAL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA PARA SUBSIDIAR A CONSTRUÇÃO DO PDI

Adriana M. Valladão Novais VAN PETTEN
Emanuely Santos JAVARROTTI
Marisnei Souza DOURADO

Curso de Mestrado em Estudos da Ocupação; Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Estado de Minas Gerais; CAPES

RESUMO: A Educação Inclusiva é um direito e pressupõe a igualdade de oportunidades, acesso e a valorização das diferenças. Para que a inclusão ocorra de maneira efetiva são necessários recursos e estratégias que valorizem o potencial funcional das crianças, um dos recursos mais utilizados é o PDI, que deve ser realizado com ajuda de uma avaliação prévia. Este estudo teve como objetivo identificar os instrumentos de avaliação disponíveis na literatura voltados para a avaliação do perfil de funcionalidade das crianças com deficiência, a partir de uma revisão integrativa da literatura. A fundamentação para a realização da pesquisa permeou na revisão de outros estudos publicados em revistas online nas plataformas PubMed, que engloba o MedLine, no Portal CAPES e no SciELO no período de 2003 a 2021. Trata-se, portanto, de um estudo realizado por meio de levantamento bibliográfico através da revisão integrativa. Dentre os aspectos identificados constatou-se que no Brasil não há instrumento elaborado e validado em uso, mas há instrumentos de outros países que foram traduzidos, adaptados e validados transculturalmente para uso no país. Observou-se que, os instrumentos encontrados, embora sejam adequados para gerar o perfil funcional das crianças com deficiência e, portanto, subsidiar a elaboração do PDI, não se aplicam ao contexto escolar em decorrência da rotina de trabalho e da formação do professor.

ABSTRACT: Inclusive Education is a right and presupposes equal opportunities, access and the appreciation of differences. For inclusion to occur effectively, resources and strategies are needed that value the children's functional potential, one of the most used resources is PDI, it must be carried out with the help of a prior assessment. This study aimed to identify the assessment instruments available in the literature aimed at assessing the functionality profile of children with disabilities, based on an integrative literature review. The basis for conducting the research permeated the review of other studies published in online journals on the PubMed platforms, which includes MedLine, Portal CAPES and SciELO in the period from 2003 to 2021. It is, therefore, a study carried out by means of bibliographic survey through integrative review. Among the aspects identified, it was found that in Brazil there is no instrument developed and validated in use, but there are instruments from other countries that were translated, adapted and cross-culturally validated for use in the country. It was observed that the instruments found, although they are adequate to generate the functional profile of children with disabilities and, therefore,

support the elaboration of the PDI, do not apply to the school context as a result of the work routine and teacher training.

Palavras-chave: Instrumentos de avaliação. Perfil Funcional. Planejamento Individual.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, tem ocorrido diversos movimentos políticos e sociais visando a implementação de políticas públicas voltadas para a escola inclusiva a fim de assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem efetiva a todos os alunos, bem como, propiciar um olhar mais humanitário da sociedade frente às diferenças (Silva, 2021). Tem-se como premissa fundamental que a educação é um direito legal e social de todo cidadão, seja este uma pessoa com deficiência ou não, devendo ser ofertada de forma equitativa e inclusiva, com a participação do aluno nos diversos contextos escolares (Sá, Pletsch 2021).

A Educação Inclusiva é um direito e pressupõe a igualdade de oportunidades, acesso e a valorização das diferenças, cada pessoa é única e por isso, apresenta necessidades educacionais diferentes, aprende de forma diversa e singular, porém é imprescindível a relação com o outro para possibilitar o aprendizado conjunto/parceiro (Silva, 2021). Assim, ainda segundo Silva (2021, p.174-175):

A ideia de inclusão está pautada na reestruturação da organização educativa, uma mudança na estrutura curricular para que a escola se torne de fato inclusiva. Uma escola que vem a incluir pessoas com deficiência para obterem uma educação de qualidade, voltada para o seu pleno desenvolvimento, é um ambiente democrático, participativo, capaz de trabalhar com todos os educandos sem distinção de raça, ou seja, uma escola que trabalha com o princípio da diversidade (SILVA, 2021, p. 174-175).

É nessa direção, que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) se apresenta como um importante marco legal. Publicada em 2008, trouxe diretrizes essenciais para a transformação do espaço escolar com vistas à implementação de uma educação para todos. A PNEEPEI busca assegurar a inclusão escolar, garantindo acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento

educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão (Guimarães, 2020; Brasil, 2008).

A construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos (Heredero, 2010). Dentre as ações, práticas e estratégias para a promoção da inclusão no ambiente escolar, em diferentes países do mundo e no Brasil, tem-se o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) ou Plano de Ensino Individualizado (PEI). Embora a nomenclatura mude, trata-se de uma ferramenta que busca auxiliar os professores na tomada de decisões sobre o aluno Público Alvo da Educação Especial (PAEE) no processo educacional. Constitui-se como um plano de aula mais estruturado, importante para o registro dos avanços e dificuldades dos alunos, bem como para medir a aprendizagem comparando-os com eles mesmos, bem como para a avaliação da intervenção pedagógica proposta (Hudson, 2020).

Segundo Tannús-Valadão (2014), a construção do PDI/PEI é feita pelo professor, em conjunto ou não com uma equipe multidisciplinar, a partir de uma avaliação inicial. Essa avaliação deve subsidiar um planejamento individualizado para o aluno com deficiência devendo ser revista periodicamente ao longo da escolarização do estudante, uma vez que a avaliação integra o conjunto de ações educacionais.

A seleção de metodologia e estratégias de ensino e aprendizagem devem ser apresentadas como um dispositivo importante não só para apreciação e análise do desempenho dos alunos, mas sobretudo para desencadear ações com vistas ao planejamento pedagógico. Contudo é sempre importante enfatizar que o processo de avaliação envolve necessariamente a atuação do professor, sua interação com os alunos, o ambiente físico da sala de aula, os recursos instrucionais e metodologias disponíveis, as relações que se estabelecem no contexto escolar, a política educacional vigente, além da família dos alunos e eles próprios como sujeitos do processo (Belo, 2018).

Não há normas claras sobre como deve ser realizada a avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais, e que irão embasar as tomadas de decisão relacionadas à educação dessas crianças. Além da indefinição quanto ao processo de avaliação, tanto a legislação educacional quanto os documentos normativos do Ministério da Educação são omissos sobre como deve ser realizado o planejamento educacional individualizado que irá responder às necessidades educacionais especiais peculiares de

cada PAEE (Tannús - Valadão, 2010). Mesmo se tratando de uma ferramenta importante, que pode facilitar a inclusão dos alunos, muitos professores ainda não a utilizam, seja por dificuldades de preenchimento, seja por não entenderem sua real importância (Hudson, 2020).

Nessa perspectiva, a avaliação inicial do PAEE é fundamental para proporcionar um olhar para o seu desenvolvimento e a sua funcionalidade global, além de subsidiar a tomada de decisões acerca do planejamento para a aprendizagem. Significando que no contexto escolar, a avaliação da funcionalidade do PAEE deve ter um caráter de identificação das condições de ensino e aprendizagem para orientação pedagógica e não diagnóstica. Portanto, no transcorrer do processo educativo do PAEE, a avaliação deve ser realizada com o objetivo de identificar barreiras em diversas dimensões, considerando-se o aluno e o contexto educacional (Veltrone; Mendes, 2011).

Nessa perspectiva, no contexto político-educacional, a identificação das habilidades e das dificuldades escolares torna-se elemento fundamental para subsidiar a aprendizagem e assegurar o acompanhamento da escolarização nas classes comuns, por meio de ofertas de recursos necessários para viabilizar o sucesso educacional dos PAEE. Nesse contexto, levantou-se a seguinte questão de estudo: Quais os instrumentos de avaliação identificam o perfil de funcionalidade do PAEE e podem ser utilizados para subsidiar a construção do PDI? Este estudo teve como objetivo identificar os instrumentos de avaliação disponíveis na literatura voltados para a avaliação do perfil de funcionalidade das crianças com deficiência, a partir de uma revisão integrativa da literatura.

2. MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, a partir de coleta de dados realizada em fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico sobre instrumentos para avaliação do perfil de funcionalidade do Público Alvo da Educação Especial (PAEE) no contexto escolar. A revisão de literatura proporciona o levantamento de conhecimentos sobre um determinado tema, auxiliando nas fundações de um estudo significativo, além de democratizar o acesso e possibilitar atualizações frequentes a partir de compilações de informações através de base de dados eletrônicas (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Portanto, esta revisão integrativa obedeceu aos seguintes processos: escolha do tema, levantamento na literatura da amostragem a ser analisada, os critérios para categorização do estudo, a avaliação dos estudos que foram incluídos nos resultados e a discussão dos resultados apresentados nas considerações.

A busca acerca da questão norteadora e do objetivo principal do estudo para colher informações já produzidas sobre o tema foi realizada através de levantamento dos artigos publicados, no período de 2001 a 2021. A coleta dos dados ocorreu durante o período de quatro meses, com início no mês de janeiro de 2021 e conclusão no mês de abril desse mesmo ano, no portal PubMed, que engloba o Medline, no banco de Teses do Portal CAPES e no SciELO, que integram as bases de dados de publicações científicas indexadas. Ainda, para o levantamento dos artigos foram utilizadas as palavras-chaves: instrumentos de avaliação, habilidades de aprendizagem, escolares, perfil de funcionalidade e crianças com deficiência; e também na língua inglesa, a saber: assessment instruments, school learning skills, functionality profile and children with disabilities.

Como resultado da busca obteve-se 48 artigos nas línguas portuguesa e inglesa. Para a seleção foram definidos os critérios de inclusão e exclusão, através da leitura e análise dos títulos e resumos dos artigos encontrados. Quanto aos critérios de inclusão foram selecionados: artigos com discussão na íntegra da temática “perfil funcional do PAEE”, artigos sobre a utilização dos instrumentos de avaliação, especificamente, no contexto escolar; artigos sobre a validação das propriedades psicométricas dos instrumentos de avaliação neste contexto. Além disso, os artigos deveriam estar disponíveis na íntegra gratuitamente no formato online. Já no que se refere aos critérios de exclusão definiu-se por não analisar os artigos que tratavam de instrumentos que avaliavam, isoladamente, os construtos participação, aprendizagem e qualidade de vida da criança nos mais diversos contextos, por considerar que os mesmos não abrangiam o perfil funcional objeto dessa pesquisa. Após a leitura dos títulos e resumos dos 48 artigos selecionados inicialmente, 23 artigos foram selecionados para leitura na íntegra e, após esta etapa, 15 compuseram a amostra final deste estudo.

A análise dos estudos selecionados, em relação ao delineamento de pesquisa, foi realizada de forma descritiva, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão e fornecer maiores subsídios para atuação do professor no contexto da Educação Inclusiva. Utilizou-se como referência para análise: foco de

avaliação do instrumento; aplicação específica (apenas um tipo de deficiência) ou geral (qualquer condição de deficiência); necessidade de treinamento ou formação para uso; validação para a população brasileira; tempo para administração; extensão do instrumento; próprio para uso do professor ou de outros profissionais; entre outras variáveis de análise.

3. RESULTADOS

Na primeira busca foram selecionados 48 artigos, publicados entre os anos 2001 e 2021. Foi realizada leitura dos resumos e dos resultados desses artigos para a análise dos itens avaliados pelos instrumentos. Dos 48 artigos foram selecionados 15, os quais falavam dos instrumentos de avaliação que continham itens relacionados ao contexto escolar e, excluídos 25, por não conterem informações suficientes acerca dos instrumentos de avaliação e/ou os instrumentos apresentados não continham itens relacionados ao perfil funcional no contexto escolar.

Foram identificados 11 instrumentos de avaliação que geram um perfil funcional do PAEE e que podem auxiliar o professor na elaboração do PDI, sendo eles: Children Assessment of Participation and Enjoyment (CAPE) (King et al., 2004); The ACHIEVE assessment (Crowe, 2020); Assessment of Motor and Process Skills – AMPS, (Fisher, 1997); Assessment of Basic Language and Learning Skills - ABLLS; Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program - VB-MAPP; O Inventário Portage Operacionalizado (IPO); The School Function Assessment (SFA) (Hwang, 2002); Pediatric Evaluation of Disability Inventory (PEDI; Mancini, 2005); The Vineland Adaptive Behavior Scales (VABS) (Vineland-3) (Balboni, 2017); Perfil Psicoeducacional (PEP -R) (Leon, 2004); Ficha de Observação Mental da Criança (Antipoff, 1930); Referencial sobre Avaliação de Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual - RAADI (São Paulo, 2008).

O The ACHIEVE assessment avalia 54 itens, ele mede a frequência da participação da atividade infantil em três ambientes (atividades domiciliares, atividades escolares, atividades comunitárias), também dá uma visão geral dos aspectos: rotinas e funções, motivação, habilidades físicas, habilidades sociais e habilidades organizacionais (Crowe, 2020). O Assessment of Motor and Process Skills – AMPS (Escolar), avalia habilidades motoras e habilidades de processo, sendo uma avaliação padronizada, que mapeia habilidades e dificuldades do PAEE durante o desempenho real

na sala de aula, foi criada como avaliação de desfecho, para medir a eficácia do tratamento. A versão brasileira foi desenvolvida por Magalhães, 1995, para ser utilizada por terapeutas ocupacionais no contexto escolar (Fisher, 1997). A Vineland, avalia o nível funcional da criança em quatro áreas: comunicação, atividades de vida diária, socialização e habilidades motoras, mensurando um quociente de desenvolvimento. Pode ser usado para determinar a elegibilidade ou qualificação para serviços especiais, planejar programas de reabilitação ou intervenção e acompanhar e relatar o progresso (Balboni, 2017). A SFA consiste em 3 partes: Participação, suportes de tarefas e desempenho da Atividade. Essas 3 partes identificam sistematicamente e de forma abrangente os pontos fortes do PAEE, bem como limitações que podem influenciar a sua participação em uma variedade de tarefas relacionadas à escola dentro dos ambientes escolares (Hwang, 2002). O Inventário Operacionalizado Portage avalia o padrão de desenvolvimento infantil em cinco áreas: linguagem, socialização, desenvolvimento motor, cognição e autocuidados, em períodos de idade que vão de 0 a 6 anos. É um protocolo robusto, que ao final conduz o aplicador a desenvolver um programa de ensino baseado na Análise do Comportamento (Williams, 2001). O VB-mapp compreende 170 marcos de desenvolvimento subdivididos em três níveis, que vão de 0 a 48 meses de idade, dentro de cada divisão existem diferentes habilidades, ao final tem-se acesso a um plano de ensino individualizado baseado na Análise do Comportamento Aplicada que propiciará o nivelamento do desenvolvimento (Martone, 2016). Já o PEDI possui o objetivo de fornecer uma descrição detalhada do desempenho funcional da criança, documentando suas mudanças longitudinais em três áreas funcionais: autocuidado, mobilidade e função social. Fornece também, dados acerca do quão independente a criança é ou se precisa da intervenção de cuidadores, bem como se utiliza alguma modificação no ambiente para facilitar seu desempenho (Pacheco, 2010). O ABLLS-R possui uma revisão abrangente de 544 habilidades em 25 áreas de habilidades, incluindo linguagem, interação social, autocuidado, habilidades acadêmicas e motoras que geralmente crianças adquirem antes de entrar no jardim de infância (Partington, 2018). O RAADI tem o objetivo de oferecer ao professor subsídios e indicativos, com base nas Orientações Curriculares e Expectativas de Aprendizagem do Ensino Fundamental – ciclo I, para superar uma visão organicista da deficiência intelectual e buscar alternativas de avaliação da aprendizagem a partir da base curricular do ensino fundamental, ele está composto de três áreas a serem avaliadas: 1- Instituição Escolar: Análise da Necessidade de Adequações Específicas – esta parte

consta da análise das seguintes dimensões: a instituição escolar e a análise do contexto de aprendizagem; 2- Áreas do desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual: aspectos da percepção, motricidade, desenvolvimento verbal, memória e desenvolvimento sócio-afetivo; 3- Áreas curriculares do 1º ao 5º ano: a partir das expectativas de aprendizagem geral e conta com os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Natureza e Sociedade, Artes e Educação Física (São Paulo, 2008).

Para a aplicação dos instrumentos encontrados, foram observadas as seguintes questões: Os instrumentos The Assessment of Basic Language and Learning Skills-Revised - Avaliação de Linguagem Básica e Habilidades de Aprendizagem-Revisada - ABLLS-R (Partington, 2018) e o Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program - VB-mapp, (Martone, 2016), foram desenvolvidos para serem aplicados por clínicos com crianças com autismo e atrasos no desenvolvimento, atendendo apenas parte do público alvo, o que indicaria a necessidade de uso de mais de um instrumento. O RAADI também é restrito a apenas um público alvo, as crianças com deficiência intelectual. O PEP-R, ou perfil psicoeducacional revisado (Schopler, Reichler, Bashford, Lansing & Marcus, 1990), é um instrumento de medida da idade de desenvolvimento de crianças com autismo ou com transtornos correlatos da comunicação, restringindo assim seu uso à esse público. O instrumento Children Assessment of Participation and Enjoyment (CAPE) (Amini, 2017) avalia as áreas de participação, lazer, brincar, atividades de vida diária e atividades instrumentais de vida diária, não apenas no contexto escolar, os tornando muito abrangentes para dar subsídios ao PDI; O Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade - PEDI, (Pacheco, 2010) e The ACHIEVE assessment, (Crowe, 2020), foram desenvolvidos para uso de profissionais de saúde, que até o momento não fazem parte da equipe multidisciplinar das escolas, dificultando seu uso neste contexto. Os instrumentos The Vineland Adaptive Behavior Scales (VABS) (Vineland-3) (Ray-Subramanian, 2011), The School Function Assessment (SFA), (Hwang, 2002), e Inventário Operacionalizado Portage (Williams, 2001), são extensos dificultando seu uso no contexto escolar pelos docentes diante das exigências do cotidiano do trabalho, além disso o Instrumento Vineland tem um valor de aquisição acima da média, gerando custo para o professor ou escola, um dificultador para utilização na rede pública de ensino. O instrumento Assessment of Motor and Process Skills – AMPS (Escolar), (Faria, 2006) foi traduzido e validado para uso no Brasil, porém seu

construto está direcionado apenas a avaliação das habilidades motoras, o tornando incompleto para dar subsídios ao PDI.

Além disso, os únicos instrumentos construídos e validados no Brasil são a ficha de observação Mental (Antipoff, 1930) e o RAADI (São Paulo, 2008). Alguns foram desenvolvidos em outros países, possuem tradução e validação transcultural para uso no Brasil, que foram os seguintes: O inventário operacionalizado Portage, A escala Vineland, o Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program - VB-mapp, o Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade - PEDI, A School-AMPS que teve origem na Avaliação de Habilidades Motoras e de Processo (Assessment of Motor and Process Skills – AMPS, Fisher, 1997), por Magalhães (1995), a Avaliação da Função Escolar (SFA) não foi validada transculturalmente, mas possui uma versão traduzida que é utilizada no Brasil.

Diante das informações colhidas a partir do construto e aplicação das avaliações, observou-se que as mesmas apresentam barreiras quanto a aplicação, limitando assim sua utilização por parte dos professores que não possuem aporte teórico e/ou prático para utilização dos instrumentos.

Ainda no que tange à avaliação escolar, as pesquisas vêm mostrando que, em grande medida, os métodos utilizados frequentemente focam no diagnóstico clínico em detrimento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo que esse pode ser um dos fatores que impossibilita os professores a recorrerem aos instrumentos de avaliação existentes. Em outras palavras, a avaliação prioriza o déficit do aluno, e não suas possibilidades de desenvolvimento (Glat e Pletsch, 2012; Pletsch, 2010, 2012).

Entretanto, todas estas ferramentas, na sua maioria desenvolvidas em outros países e nem sempre adaptadas ao contexto brasileiro não são objetos de consenso, criando enormes flutuações nas análises e deixando margem para todo tipo de comportamentos segregativos sem qualquer fundamento científico (Marques, 2007).

Prais (2018), ao realizar um estudo para discutir os pressupostos da educação inclusiva, realizou um questionário com 30 docentes do município de Londrina, cuja pergunta norteadora foi: De que maneira professores da Educação Básica percebem a relação entre o currículo e a inclusão educacional? Os professores envolvidos nesta pesquisa destacaram, como um dos principais aspectos a serem abordados por meio do currículo da educação inclusiva, a necessidade de fazer uma avaliação das limitações e possibilidades dos alunos.

Numa perspectiva inclusiva o elemento fundamental é a avaliação das limitações e possibilidades dos alunos, uma vez que por meio de uma avaliação assertiva o professor poderá adequar os objetivos educacionais de acordo com as necessidades especiais de cada aluno. Precisa pensar em cada criança em sua dificuldade e seus pontos fortes. Avaliar a situação diária dos alunos, a inclusão em si e aspectos relevantes que contribuem para o trabalho docente, não adianta ter um bom currículo e não ter subsídios para efetuar-lo (Prais, 2018).

O processo de diagnóstico não tem sido suficiente para estabelecer qual a forma de ensino mais adequada para atender essa clientela e como avaliar o seu potencial de aprendizagem. Historicamente os erros no procedimento diagnóstico, a inexistência de avaliação e acompanhamentos adequados, vêm perpetuando uma série de equívocos quanto ao processo de ensino e aprendizagem (São Paulo, 2008).

4. CONSIDERAÇÕES

Diante da necessidade de assegurar que o PDI seja elaborado com base no perfil funcional do PAEE, para assim valorizar as potencialidades da criança, observou-se que os instrumentos de avaliação são essenciais para auxiliar o professor na elaboração do PDI. No entanto, ao analisar os instrumentos encontrados a partir da pesquisa integrativa, mesmo os que foram traduzidos e validados para utilização no Brasil, constatou-se que eles não são aplicáveis no contexto escolar pelo professor, uma vez que, estes instrumentos são elaborados por profissionais de saúde e com finalidade diagnóstica.

Observou-se ainda, que esses instrumentos geram um perfil funcional do PAEE, portanto poderiam auxiliar no processo de ensino aprendizagem, mas pela forma como os mesmos são estruturados, se tornam inviáveis para serem aplicados pelo professor que precisa otimizar e administrar muito bem seu tempo de trabalho devido a demanda escolar, outro fator que torna inviável a aplicação desses instrumentos pelo professor é o custo da utilização, pois nenhum deles é disponibilizado de forma gratuita.

Neste sentido, sugere-se que sejam realizados mais estudos e pesquisas com a finalidade de construir e validar instrumentos que contribuam para o professor conhecer as potencialidades do PAEE e assim auxiliar no processo de construção do PDI para um melhor ensino aprendizagem, bem para o desenvolvimento da autonomia e da inclusão do PAEE no contexto escolar brasileiro.

5. REFERÊNCIAS

- Amini, Malek; Afsoon Hassani Mehraban; Hamid Haghani, Emad Mollazade & Masoome Zaree. (2017) **Factor Structure and Construct Validity of Children Participation Assessment Scale in Activities Outside of School–Parent Version (CPAS-P)**, Occupational Therapy In Health Care, 31:1, 44-60, DOI: 10.1080/07380577.2016.1272733;
- Balboni, G., I, O., Belacchi, C., B, S., & Cubelli, R. (2017). **Vineland-II adaptive behavior profile of children with attention-deficit/hyperactivity disorder or specific learning disorders.** *Research in Developmental Disabilities*, 61, 55–65. doi:10.1016/j.ridd.2016.12.003
- Belo, Ana Maria M. (2018). **1949 - A avaliação diagnóstica das dificuldades escolares (1929-1973) [manuscrito] : preleções de Helena Antipoff / Ana Maria M. Belo.** - Belo Horizonte, . 164 f., enc, il. Universidade Federal de Minas Gerais.
- BRASIL. (2008). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial
- Crowe, M., Maciver, D., Rush, R., & Forsyth, K. (2020). **Psychometric Evaluation of the ACHIEVE Assessment.** *Frontiers in Pediatrics*, 8. doi:10.3389/fped.2020.00245
- Faria, Maria das Graças Abreu de and MAGALHAES. (2006). Lívia de Castro. **Adaptação da AMPS-escolar para crianças brasileiras de 4 a 8 anos.** *Psicol. estud.* [online]. , vol.11, n.3, pp.493-502. ISSN 1807-0329. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300005>.
- Guimarães, M C A. (2020). **Trajetórias escolares de pessoas com deficiência e as políticas de educação inclusiva 2008-2018 [manuscrito] : da educação básica ao ingresso por cotas na UFMG / Maria Cecília Alvim Guimarães.** - Belo Horizonte, 2020. 172 f. : enc, il.
- Hwang JL, Davies PL, Taylor WJ, Gavin WJ. (2002). **Validation of school function assessment with primary school children.** *OTJR.* ;22:48-58.
- Herederero, E. S. (2010) **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares** - doi: 10.4025/actascieduc.v32i2.9772. *Acta Scientiarum. Education*, v. 32, n. 2, p. 193-208,.
- Hudson, B. C. da Silva. (2020). **A percepção de professores (as) sobre a utilização do plano de desenvolvimento individual (PDI) em Minas Gerais.** Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social - UFMG.
- Leon, Viviane de, Bosa, Cleonice, Hugo, Cristina, & Hutz, Claudio S.. (2004). **Propriedades psicométricas do Perfil Psicoeducacional Revisado: PEP-R.** *Avaliação Psicológica*, 3(1), 39-52. Recuperado em 21 de julho de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712004000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Marques, Suely Moreira. (2007). **Pensar e agir na inclusão escolar de crianças com**

necessidades educacionais especiais decorrentes de uma deficiência, a partir de referenciais freirianos : rupturas e mutações culturais na escola brasileira. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação – Área de concentração: Educação Especial) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo / Universidade Lumière Lyon 2. Orientação Roseli C.de Rocha C. Baumel. -- São Paulo, SP: s.n., 2007.

Martone, M.C.C. (2016). **Adaptação para a língua portuguesa do Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program (VB-MAPP) e a efetividade do treino de habilidades comportamentais para qualificar profissionais.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos.

Partington, S. W; Ursy, J. (2018); **Using Expert Panels to Examine the Content Validity and Inter-Rater Reliability of the ABLIS-R.** *Journal of Developmental & Physical Disabilities*, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 27–38, 2018. DOI 10.1007/s10882-017-9574-9.

Prais, J. L. de S.; ROSA, H. F.; JESUS, A. R. de. (2018). **Currículo e inclusão educacional: percepções de docentes da educação básica.** *Roteiro*, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 317–344, . DOI: 10.18593/r.v43i1.14509.

Ray-Subramanian, C. E., Huai, N., & Ellis Weismer, S. (2011). **Brief report: adaptive behavior and cognitive skills for toddlers on the autism spectrum.** *Journal of autism and developmental disorders*, 41(5), 679–684. <https://doi.org/10.1007/s10803-010-1083-y>

Pacheco, J. Di Matteo, S. Cucolicchio, C. Gomes, M.F. Simone, F.B. Assumpção Jr. (2010). **Inventário de avaliação pediátrica de incapacidade (PEDI): Aplicabilidade no diagnóstico de transtorno invasivo do desenvolvimento e retardo mental.** *Med Reabil.*, 29 , pp. 9-12

São Paulo (SP). (2008). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual** / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo.

Sá, M R C de; Pletsch, M D. (2021) **Programas intersetoriais para crianças com deficiência: será a escola o lócus ideal para o desenvolvimento dessas ações?** *Metrics*. Santo Ângelo, p. 33-51.

Silva, R S. Prefácio. (2021). **In: Alinhavos sobre a educação especial na perspectiva inclusiva.** *Metrics*. Santo Ângelo,p. 13.

Silva, R N. (2021) **Inclusão e inclusão escolar: Conceitos e perspectivas de efetivação.** **In: Alinhavos sobre a educação especial na perspectiva inclusiva.** *Metrics*. Santo Ângelo, p.173-185.

Tannús-Valadão, G. (2010). **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial : propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha** / Gabriela Tannús Valadão. -- São Carlos : UFSCar, . 125 f.

Tannús-Valadão, Gabriela. (2014). **Inclusão Escolar e Planejamento Educacional Individualizado: avaliação de um programa de formação continuada** / Gabriela

Tannús Valadão. -Tese de doutorado- São Carlos : UFSCar, 2014. 125 f.

Teles, F M.; Resegue, R and PUCCINI, R F. (2013) **Habilidades funcionais de crianças com deficiências em inclusão escolar: barreiras para uma inclusão efetiva.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]., vol.18, n.10, pp.3023-3031. ISSN 1413-8123. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001000027>.

Williams, L C. Aiello, A L R. (2001) **O inventário Portage Operacionalizado: intervenção com famílias.** São Paulo: Memon.